

# Reflexões sobre a arquitetura religiosa romana: a construção de templos segundo o *De architectura*, de Vitrúvio

*Some remarks on the Roman religious architecture: the building of temples according to 'De architectura' by Vitruvius*

Ana Teresa Marques Gonçalves\*

Macsselber de Cássio Barros da Cunha\*\*

**Resumo:** Único tratado sobre arquitetura a chegar aos nossos dias praticamente completo, o *De architectura*, de Vitrúvio, é uma obra de grande importância para o estudo da arquitetura romana. Escrita e publicada no momento de transição entre a República, como forma de governo, e o que ficou conhecido como Principado, tal obra possui uma forte ligação com o contexto ao qual pertence, vinculando-se de modo perceptível à política construtora de Otávio Augusto, a quem a obra é dedicada. Neste artigo, utilizamos o *De architectura* para refletir sobre as principais orientações de Vitrúvio acerca da construção dos templos, a moradia das divindades.

**Abstract:** The only Roman treatise on architecture, which reached our days almost complete, the *De architectura* by Vitruvius, holds a great importance for the study of the Roman architecture. Written and published at the time of transition between the Republic as a form of government, and what became known as the Principate, this work has a strong connection with the context to which it belongs being clearly connected to the building policy of Octavian Augustus, to whom the work is dedicated. In this work, we use the *De architectura* to reflect on the main Vitruvius' guidelines about the construction of temples, the house of the gods.

**Palavras-chave:**

Principado;  
*De architectura*;  
Arquitetura religiosa;  
Templo.

**Keywords:**

Early Roman Empire;  
*De architectura*;  
Religious architecture;  
Temples.

---

Recebido em: 19/01/2015  
Aprovado em: 22/02/2015

---

\* Professora Associada II de História Antiga e Medieval na Universidade Federal de Goiás, Doutora em História pela USP, Coordenadora do LEIR-GO, Bolsista Produtividade II do CNPq.

\*\* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

## Introdução

O templo, na Antiguidade, desempenhava um importante papel nas atividades religiosas desenvolvidas pelos indivíduos, sendo a moradia das divindades, ali presentes através de suas estátuas cultuais. Tais estátuas não apenas representavam os deuses e deusas, como eram vistas como as próprias divindades materializadas, sendo este, talvez, um dos pontos que mais distingue a noção de templo que possuímos, na atualidade, daquela compartilhada pelos antigos, pois devido ao fato de ser a moradia das divindades, os templos estavam envoltos em uma atmosfera de respeito e sacralidade, sem falar das regras estabelecidas pela sociedade, que limitavam a circulação de pessoas dentro deles. O templo materializava de forma significativa o imaginário da sociedade que o erigiu, possuindo estreita relação com a religião, suas crenças e mitos. Além disso, a construção de templos, em Roma, estava diretamente ligada às estratégias políticas, que visavam, dentre outras coisas, a propagar uma imagem positiva e grandiosa da capital imperial, além de contribuir para a formação de um imaginário religioso que ligava os feitos humanos às anuências das potências divinas.

O imperador Otávio Augusto soube se utilizar desta estratégia a seu favor, apropriando-se de um costume que já estava presente na República (qual seja o de se utilizar da arquitetura e das imagens para ligar o próprio nome a grandes feitos, a deuses, a heróis e assim manter seu nome vivo na memória da posteridade), levando este uso da cultura material a um alto grau de refinamento, grandiosidade e complexidade, de tal modo que, sob seu governo, Roma atingiu um nível de monumentalidade nunca visto até então, o que fez com que Augusto fosse emulado por muitos outros imperadores que vieram depois dele.

Neste período de intensas construções e reconstruções surgiu o *De architectura*, de Vitrúvio, um tratado sobre arquitetura de enorme importância para os estudos sobre a arquitetura romana por ser o único tratado deste tipo que chegou aos dias atuais. Tal obra nos ajuda a compreender algumas das práticas arquitetônicas desenvolvidas por gregos e romanos e possui estreita relação com a política empreendida por Augusto, visto que foi dedicada a ele provavelmente em 27 a.C. Neste artigo, tratamos acerca das recomendações de Vitruvius para a construção de templos, moradia das divindades, as quais se encontram, principalmente, nos livros três e quatro de sua obra.

## Vitrúvio e o *De architectura*

O *De architectura*, de Vitruvius, é a única obra sobre princípios arquitetônicos que nos chegou da Antiguidade praticamente completa, advindo daí sua grande

importância para todos aqueles que se interessam por estudar a arquitetura grega e romana, indo além dos vestígios arqueológicos e dos estudos baseados em tais achados. O *De architectura* é uma fonte valiosíssima a partir da qual podemos não apenas inferir sobre os conhecimentos e práticas arquitetônicas e construtoras da Antiguidade, como também sobre diversos outros assuntos referentes ao contexto em que foi escrita a obra, tais como sobre o que era valorizado pelo autor ou por parte das pessoas de sua época; alguns aspectos da religiosidade de então; sobre a relação com a política do início do Principado; sobre costumes e práticas adotadas em sociedade; sobre a relação com a natureza e os materiais aí encontrados; sobre maquinaria e estratégia militar; entre outras coisas.

Apesar da grande importância conferida à obra ao longo dos séculos, pouco se sabe sobre seu autor, visto que não existe nenhuma obra biográfica de Vitruvius contemporânea ou posterior à escrita do tratado, bem como inexistente qualquer menção a Vitruvius entre os autores da época de Augusto, de modo que o pouco que sabemos ou inferimos sobre ele ocorre a partir de raras notas autobiográficas que ele deixou escritas no interior da obra em questão. Em virtude disto, nem mesmo sobre o seu nome temos informações mais acuradas, de tal forma que sabemos, com certeza, apenas o seu nome gentílico, que a tradição manuscrita traz como *Vitruvius*, sem nenhum prenome ou cognome. Faventino, no início do terceiro século d.C., autor de uma versão resumida do *De architectura*, escreveu que: "Sobre a perícia da arte arquitetônica, com muita propriedade, Vitruvius Polião e outros autores escreveram sabiamente" (Faventino 1. 1, apud VITORINO, 2004, p. 35). No entanto, em traduções à obra de Faventino, que datam do século XVIII em diante, os autores preferem crer que, na verdade, Polião teria sido um autor distinto que teria escrito uma obra paralela à de Vitruvius, de modo que tais autores, em suas traduções, colocam uma vírgula separando os dois nomes (D'AGOSTINO, 2010, p. 20). Júlio César Vitorino acrescenta que, para os diversos prenomes que aparecem a partir do séc. XV, a origem permanece sem explicação (VITORINO, 2004, p. 36).

A partir das informações esparsas em sua obra, sabemos que Vitruvius esteve ligado a Júlio César e que após a morte deste ele manteve para com Otávio Augusto a mesma admiração que tinha por César. Na companhia de M. Aurélio, P. Minúcio e Gn. Cornélio, Vitruvius trabalhou na preparação e na reparação de máquinas de guerra, serviço que lhe foi atribuído por Augusto. Além disso, Vitruvius afirma que continuou a receber as vantagens advindas do cargo, mesmo após seu afastamento, por recomendação de Otávia, irmã de Augusto, e que devido ao recebimento deste benefício, "sem receio de pobreza no fim da vida", ele teria decidido escrever o tratado para Augusto (Vitruvius. *De architectura*, l. Pr. 2-3).

O extraordinário legado intelectual deixado pelos gregos é extremamente marcante ao longo de todo *De architectura*, servindo não só de fonte de inspiração para Vitrúvio, como também sendo utilizado como substrato teórico a partir do qual ele pôde desenvolver um tratado que abarcasse também aspectos da arquitetura que eram essencialmente itálicos, em tal medida que, em algumas passagens de sua obra, ele traçou um paralelo entre o costume heleno e o romano, demonstrando de que forma determinadas regras arquitetônicas se diferenciavam entre gregos e romanos, o que também sinalizava a flexibilidade com que tratou algumas destas regras, bem como o caráter seletivo com que os romanos utilizavam e assimilavam aspectos culturais gregos. No entanto, no que se refere aos templos, o posicionamento de Vitrúvio foi distinto, pois sobre este tipo de construção ele demonstrou conservadorismo e grande respeito pelos postulados das tradições arquitetônicas gregas, sendo este tipo de edifício público o que mais fortemente se ligou teoricamente aos gregos, de modo que é marcante a presença desta herança intelectual deixada pelo helenismo.

Vitrúvio não está interessado em caracterizar a arquitetura romana como nós a definimos. [...] seus mais importantes modelos eram gregos; sobre os mais "romanos" de todos os tipos de construção, tais como anfiteatros e arcos triunfais, ele se silencia, enquanto ele expõe longamente sobre alguns dos grandes templos do mundo grego. Sua adesão às tradições gregas é transferida para seu sistema intelectual, que toma emprestado termos e ideias da retórica e da teoria estética grega (TAYLOR, 2003, p. 25).

Quanto à datação da obra, os estudiosos do assunto estabeleceram uma espécie de consenso acerca da data provável da sua publicação, visto que não possuímos elementos que nos permitam precisar com certeza uma data de publicação. M. Justino Maciel (2007, p. 34-35), na introdução que faz à sua tradução do *De architectura* do latim para o português, traz uma análise dos elementos que, dentro da obra, apontam para o período provável de sua publicação. Segundo este autor, a redação e publicação do *De architectura* estão inseridas na época que corresponde ao início do governo de Otávio Augusto, embora muito provavelmente os primeiros apontamentos e a preparação da obra seriam ainda do tempo em que esteve a serviço de César. A redação definitiva deve ter coincidido com o momento no qual se observou, em Roma, um grande desenvolvimento construtivo sob as ordens de Augusto. Maciel esclarece ainda que as referências da dedicatória e a menção de edifícios da cidade levam a pensar na redação da obra entre 35 e 25 a.C., e que a entrega definitiva ao imperador pode ter ocorrido mesmo até 20 a.C., embora o mais provável é que tenha ocorrido antes de 27 a.C., pois neste ano o imperador ganhou o título de Augusto e Vitruvius, em toda a obra, jamais se dirigiu a ele utilizando este título, de modo que sempre usou os termos *Imperator*, *Caesar* ou *Imperator Caesar*. Apesar

deste importante dado que ajuda a estabelecer a datação da obra, nos deparamos com um problema, pois como lembra Maciel, Vitrúvio (*De arch.*, V. 1. 7) refere-se a um templo de Augusto (*aedes Augusti*) na basílica de Fano, o que fez com que os pesquisadores acreditem que a escrita do livro V seja posterior ou que tenha sofrido alterações em edições posteriores.

Seja como for, é consenso que a publicação do *De architectura* ocorreu na década de 20 a.C., no início do governo de Otávio Augusto, sendo dedicada a este imperador que, já há algum tempo, vinha se comprometendo com o embelezamento da cidade, transformando-a, antes de tijolos, em uma cidade de mármore. Podemos dizer que com isso se estabelecia um paralelo entre o surgimento e o estabelecimento do que ficou conhecido como Principado com a nova face marmórea da *Urbs*, uma relação entre a estabilidade, firmeza, rigidez, beleza e riqueza do mármore com a imagem de estabilidade, firmeza, rigidez, beleza e riqueza que Roma alcançava sob a política de Augusto.

### **A escrita do *De architectura***

A importância conferida por Augusto às antigas tradições religiosas e à arquitetura foi imensa, de tal modo que o interesse expresso pelo imperador quanto a estes aspectos foi demonstrado em diversos momentos de seu governo, bem como foi enaltecido e eternizado por diversos autores do mesmo período que escreveram sobre ele, louvando sua atitude de atenção ao *mos maiorum*, de restauração religiosa e moral e de empenho na construção, material e simbólica, de Roma como capital de um vasto Império territorial. Com isto, Augusto foi tomado como o modelo que deveria ser emulado pelos que o sucederam, de forma que deveriam seguir os padrões estabelecidos por este imperador.

Vitrúvio e sua obra tiveram, portanto, uma estreita relação com o contexto no qual estavam inseridos, pois o autor, após trabalhar para César, presenciou as dificuldades advindas das guerras civis e o desmoronar de algumas das antigas tradições que faziam parte de seu mundo, presenciando, por exemplo, o relativo abandono ao qual os templos e outros edifícios públicos foram relegados, bem como o descaso com antigos costumes religiosos. Além disso, ele vivenciou também a instabilidade e insegurança que a guerra gerou.

Com a vitória de Augusto, Vitruvius viu surgir novamente a atenção e o respeito aos costumes dos ancestrais, às tradições religiosas e à cidade em si, presenciando uma transformação em Roma no que se refere aos mais diversos aspectos. Roma, que passou a ser a capital de um império territorial cada vez mais vasto, adquiria com Augusto um esplendor arquitetônico digno da capital do mundo conhecido. O esforço demonstrado pelo *princeps* para conquistar e manter a *pax deorum*, com a reforma e construção

de templos em toda a cidade, transmitia uma ideia de estabilidade, prosperidade e engrandecimento, gerados pela correta relação com as divindades. Neste contexto de relativa tranquilidade, Vitrúvio, graças ao seu trabalho e à recomendação de Otávia, aproximou-se e manteve-se ligado à casa de Augusto, escrevendo e dedicando sua obra ao imperador.

Passemos agora a analisar esta dedicatória que traz importantes contribuições ao entendimento e análise do *De architectura*. Vitrúvio abre sua obra da seguinte forma:

Havendo a tua divina mente e a tua grandeza, ó Imperador César, submetido o mundo com Império, prostrados com força invicta todos os inimigos, tendo-se gloriado os cidadãos com a tua vitória e triunfo, dependendo do teu gesto todos os povos submetidos e sendo governados o Povo e o Senado romanos, livres de temor, pelos teus preciosíssimos pensamentos e conselhos, não ousarei, no meio de tantas ocupações, apresentar-te um Tratado sobre Arquitetura, escrito e concluído depois de profundas reflexões, temendo encontrar desagrado no teu espírito, perturbando-o em tempo inoportuno (*De arch.*, I. Pr. 1).

Este trecho constitui o primeiro parágrafo do *De architectura*, a primeira parte de sua dedicatória a Augusto, com a qual Vitrúvio inicia sua obra. Podemos perceber já aí, antes de qualquer coisa, o tom elogioso que Vitrúvio utiliza ao se dirigir ao imperador, exaltando sua divina mente e grandeza. Neste trecho, Vitrúvio faz menção ao grande poder de Augusto, que com *imperium* submeteu o mundo (*orbis terrarum*) e com força invicta derrotou todos os inimigos, livrando assim o Povo e o Senado do temor, temor este que pode ser associado aos tumultuosos anos de guerras civis que haviam assolado Roma antes da vitória de Augusto sobre Cleópatra e Marco Antônio. A ligação deste trecho com a vitória de 31 a.C., em Ácio, fica ainda mais evidente pelo fato de que Vitrúvio fala claramente sobre a vitória e triunfo de Augusto ("tendo-se gloriado os cidadãos com a tua vitória e triunfo"), menção clara ao triplo triunfo de Augusto realizado no ano de 29 a.C., ou seja, poucos anos antes da publicação do *De architectura*. Além disso, ele coloca o poder de Augusto acima de todos os outros, pois do gesto dele dependiam todos os povos submetidos, e o Povo e o Senado seriam governados por seus conselhos e pensamentos.

No fim deste trecho, Vitrúvio esclarece que o tratado foi escrito e concluído após profundas reflexões, de modo a exaltar o seu próprio trabalho e o valor de seu escrito. Ele afirma também que não ousaria incomodar Augusto, no meio de tantas ocupações, com seus escritos sobre arquitetura, se visse que isso lhe traria algum desagrado. No entanto, no trecho seguinte de seu prefácio, Vitrúvio se torna ainda mais claro ao explicitar o motivo que o fez ousar e apresentar o seu trabalho a Augusto, quando afirma:

Tendo, porém, notado que não apenas te preocupas com a vida comum de todos e com a ordem do Estado, mas igualmente te empenhas com a oportunidade dos edifícios públicos, porque a Cidade não foi apenas engrandecida, através de ti, com as províncias, mas também a dignidade do Império foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos, julguei que não deveria adiar, mas, bem pelo contrário, deveria te apresentar, quanto antes, estes escritos sobre estas coisas, [...] (*De arch.*, I. Pr. 2).

Neste trecho significativo, Vitruvius esclarece que buscou não adiar a publicação de sua obra ao perceber a preocupação de Augusto não só com a vida em comum e com a ordem do Estado, como também com a importância dos edifícios públicos. Vitruvius afirma claramente que sob o governo de Augusto tanto a cidade como as províncias foram engrandecidas com tais construções, mas isso não foi tudo; também a dignidade, a majestade do Império (*maiestas imperii*) foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos.

De acordo com Haselberger (2007, p. 52), se César já havia considerado que a aparência de Roma estava muito aquém da dignidade e do atual poder do Império, depois da vitória de Otávio Augusto em Ácio e Alexandria, esta paradoxal relação entre a aparência da cidade e a *maiestas imperii* deve ter parecido bem mais óbvia. Segundo este autor, Vitruvius, no trecho acima citado, ao tratar do engrandecimento da cidade e das províncias e das mudanças iniciadas por Augusto, não era uma voz solitária neste período (em torno de 27/25 a.C.), pois Roma já estava experimentando um processo de dramática mudança.

Outro aspecto que não pode passar despercebido diz respeito à egrégia autoridade que, de acordo com Vitruvius, os edifícios públicos eram possuidores. De acordo com McEwen (2003, p. 36-38):

*Auctoritas* em edifícios é uma consequência, variadamente, de aumento de gastos, de maior riqueza de materiais, de espaços grandiosos, de contraste elevado na luz e sombra de um peristilo, de colunas maiores e em maior quantidade. A *magnificentia* tomada como causa ou consequência ou ambas da *auctoritas* tem a ver, literalmente, com a ampliação. *Magnus facio*, "Eu faço grande". Os *Imperatores* do fim da República não foram estranhos, é claro, às exibições de magnificência arquitetônica. Mas o que esses homens ferozmente competitivos não tinham pensado e Vitruvius pensou foi *por que* a arquitetura iria "engrandecer" a comunidade e *como* ela iria registrar a grandeza romana (MCEWEN, 2003, p. 36-38).

Foi, pois, neste contexto de construções e reconstruções empreendidas por Augusto, de modo a fazer de Roma uma cidade modelo, que Vitruvius publicou sua obra. E apesar de parecer, a princípio, tratar-se apenas de um manual prático destinado a arquitetos, o *De architectura* pode ser considerado um texto técnico-científico. Luíza Monteiro Dutra (2010), ao se referir a textos técnico-científicos, nos esclarece que:

Essa tradição de textos técnico-científicos circunscreve um conjunto de escritos - dos mais variados assuntos - em que linguagem e estilo desempenham um papel subserviente, subordinado ao propósito informativo e didático e que a princípio têm como traço distintivo a clareza. Esses textos compartilham entre si uma linguagem peculiar cujo fim é cumprir esse propósito; ela costuma ser objetiva e precisa, com preferência pelo uso da terceira pessoa - mas não excluindo o emprego da primeira e da segunda pessoas (DUTRA, 2010, p. 23).

Deste modo, o *De architectura* não pode ser visto apenas como um manual para arquitetos ou futuros arquitetos, pois ele destinava-se, em primeiro lugar, ao próprio imperador, e em seguida aos arquitetos e a todos aqueles eruditos que se interessassem pelo assunto, como o próprio Vitrúvio esclarece na seguinte passagem:

Mas eu comprometo-me, com estes livros, como espero, a disponibilizar, não só aos que edificam como também a todos os eruditos, sem qualquer dúvida e com a máxima autoridade, os conhecimentos acerca das potencialidades da arte e dos raciocínios que lhe são inerentes (*De arch.*, l. 1. 18).

De acordo com Rabun Taylor (2003, p. 04), o *De architectura* era uma obra mais didática que prática, um produto tanto de estudo e pesquisa quanto da experiência de Vitrúvio, destinado muito mais aos patronos que comissionavam a obra do que aos arquitetos que a construíam, visto que as obras arquitetônicas eram frutos de seu investimento, energia e generosidade. Para este autor, a importância do patrono responsável pela obra era tanta que ele chega mesmo a dizer que ninguém fala que Augusto escreveu a *Eneida*, embora ele fosse o patrono de Virgílio, mas todos dizem que Augusto foi o construtor do Fórum de Augusto, embora todos saibam que este foi a criação de diversos profissionais anônimos (TAYLOR, 2003, p. 11).

Desta forma, o *De architectura*, como um texto técnico-científico, destinava-se principalmente a auxiliar o imperador em sua política de construção e reconstrução da *Urbs*, de modo tal que se pode dizer que Vitruvius ambicionava, entre outras coisas, "ser útil a Augusto, não por fornecer um simples manual para a construção de seus edifícios públicos, mas por fornecer um quadro conceitual dentro do qual tais construções fariam sentido, e funcionariam como parte de uma ordem maior" (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 148). Nesta perspectiva, o *De architectura* se encaixa na função que um texto técnico-científico possuía, pois de acordo com Dutra:

Esses escritos desempenhavam o fundamental papel de formar os homens que ocupavam ou ocupariam os cargos mais altos do Império Romano, para os quais se acreditava que fossem extremamente úteis e necessários conhecimentos gerais de agricultura, tática, estratégia, história, [arquitetura] ciências da natureza e de outras matérias. Não se esperava dos dirigentes que fossem *experts*, mas que tivessem um conhecimento mais geral de certas disciplinas. O fim dessa literatura era, pois, fomentar o desenvolvimento de algumas virtudes e traços indispensáveis para formar bons líderes (DUTRA, 2010, p. 24).

Vitrúvio, ao escrever sua obra dedicada ao imperador, a fez em dez livros. Todos os dez livros são precedidos por prefácios que possuem grande importância para se conhecer mais sobre o modo como Vitrúvio concebia os mais diversos assuntos. O primeiro livro trata sobre o arquiteto, sua formação e os conhecimentos que deve possuir; traz uma definição de arquitetura; esclarece sobre a escolha dos lugares para as construções e para o estabelecimento da cidade, bem como das distribuições de obras públicas na cidade. No segundo livro, há a descrição minuciosa dos materiais necessários para as construções; onde encontrá-los e quais os melhores materiais para determinadas obras. O terceiro e o quarto livros são dedicados especificamente à construção dos templos, dos quais falamos mais adiante. No quinto livro, podemos ver a explicação sobre a arquitetura pública, tais como o fórum, o erário, as basílicas, o teatro, os banhos, a palestra, os portos, entre outros espaços públicos importantes para a definição de uma cidade como tal. O sexto livro trata sobre a arquitetura privada, ou seja, as casas, suas partes e disposição dos cômodos. O sétimo livro contém orientações a respeito do acabamento destas construções, tais como os pavimentos, paredes, pinturas e cores, tetos, entre outras partes. O oitavo livro esclarece sobre a importância das águas e os diferentes tipos de água, bem como sua relação com a saúde e com a vida diária das pessoas. No nono livro, pode-se ver uma explicação sobre os conhecimentos referentes à astronomia e à gnomônica. E o décimo e último livro trata sobre diversos mecanismos de uso civil e militar, como relógios e máquinas hidráulicas, que podiam ser inseridos nas construções propostas por Vitrúvio.

Em resumo, podemos dizer que Vitrúvio, em sua obra, conferiu à arquitetura grega um caráter modular, ou seja, que servia de medida para a arquitetura romana. Além disso, via a arquitetura como imitação da natureza e, dentro desta busca de imitação da natureza, outro ponto que traduz sua forma de pensar é a relação que ele estabeleceu entre as medidas do corpo humano e as medidas dos edifícios, pois para ele o corpo humano era o grande referencial para se pensar a relação modular de cada parte de um edifício com relação à sua totalidade. Percebemos também, em sua obra, um comprometimento com um ideal de beleza, de forma que deixa claro que o arquiteto tem como objetivo produzir obras belas para o deleite de quem as vê (*De arch.*, l. 3. 2).

Além disso, como já dissemos, a obra de Vitrúvio é uma fonte riquíssima em informações, pois sendo o único tratado sobre princípios arquitetônicos da Antiguidade que nos chegou completo, possui um inestimável valor e nos permite não apenas compreender mais sobre a arquitetura, mas também inferir a respeito dos mais diversos assuntos, devido ao fato de Vitrúvio escrever o seu tratado visando não somente arquitetos, mas também a todos quanto quisessem ler seus livros e principalmente ao

próprio imperador: “[...] peço, ó César, a tua compreensão e a daqueles que hão de ler estes livros, de modo que eu venha a ser desculpado se algo do que é explicado estiver pouco de acordo com as regras da gramática” (*De arch.*, l. 1. 18).

De acordo com Indra McEwen (2003, p. 06-12), mais do que escrever sobre arquitetura, Vitruvius escreveu o corpo da arquitetura, visto que este “corpo” da arquitetura não existia antes dele escrevê-lo. Além disso, seu aparecimento, no início do Principado de Augusto, estava enraizado em circunstâncias imperiais que o trouxeram à luz, o que fez a autora concluir que “o corpo da arquitetura é o corpo do Império” (MCEWEN, 2003, p. 12), de tal modo que um completa o outro:

Antes do *De architectura* ser escrito, Vitruvius e Augusto [...] eram duas pessoas separadas, ocasionalmente reunidas pelos serviços realizados por Vitruvius e os *beneficia* que ele diz ter recebido por eles. [...] Sem o Imperador, o corpo da arquitetura não tem cabeça. Sem o *De architectura* o Imperador não tem corpo (MCEWEN, 2003, p. 129).

Podemos dizer também que Vitruvius ao escrever o corpo da arquitetura, dedicando-o ao imperador, intentava, de certo modo, unir o seu nome ao dele, de modo que ambos fossem lembrados pelas futuras gerações. Que o imperador, que transformava Roma em uma cidade de mármore, e o arquiteto, que o auxiliava com teoria e prática, permanecessem pela eternidade inscritos na memória das gerações vindouras. Vitruvius e sua obra tiveram, desta forma, uma estreita relação com o contexto no qual estavam inseridos.

### **Arquitetura religiosa e os postulados de Vitruvius**

Antes, porém, de analisarmos com mais atenção as características principais dos templos romanos, convém nos determos, mesmo que de modo breve, na etimologia da palavra. Templo vem do latim *templum*. Segundo Luc Benoist, a palavra *templum* vem de *tempere*, que significa dividir: “O templo designou em primeiro lugar um setor do céu delimitado pelos áugures, [...]. Posteriormente aplicou-se esta palavra ao local do edifício onde a observação era feita, [...]” (BENOIST, 1999, p. 75). Desse modo, podemos afirmar que todo lugar ritualmente orientado e inaugurado era um *templum* e “assim, qualquer ação oficial realizada em um local veio, pelo menos idealmente, ou em teoria, com a aprovação divina” (MCEWEN, 2003, p. 166). Sendo assim, em Roma, diversos edifícios públicos poderiam ser classificados com o termo *templum* e a construção dedicada a servir de moradia às divindades, que hoje chamamos de templo, foi, na Antiguidade, mais comumente tratado como *aedes*.

[...] um 'templo' no sentido que damos à palavra pode ou não ser um *templum* neste sentido [de um espaço retangular no céu, que possuía equivalentes na terra, determinado pelos áugures]: o templo de Vesta, por exemplo, era estritamente falando um *aedes* não um *templum*; enquanto que alguns lugares que nós nunca pensaríamos se chamarem 'templos' eram *templa* neste sentido técnico [...] (BEARD; NORTH; PRICE, 2004, p. 22).

Desse modo, sempre que usamos o termo "templo" estamos nos referindo especificamente às construções destinadas a abrigar as estátuas dos deuses, ou seja, à moradia dos deuses. "O deus vem residir permanentemente no lugar por intermédio de sua grande estátua cultual antropomorfa ali instalada para ficar" (VERNANT, 2006, p. 42). A estátua de culto, que se localizava na cela, muito mais do que uma simples representação do deus era venerada como o próprio deus ali presente. De modo geral, havia diferentes termos para designar a ampla variedade de esculturas que hoje denominamos como estátuas.

O latim tem uma palavra familiar para 'estátua' – *statua* – [...] Apesar de ser comum, contudo, *statua* não é o único termo para uma escultura. Mesmo em contextos onde podemos determinar que o objeto é, certamente, uma estátua como a concebemos, uma variedade de outras palavras são usadas. Após *statua* as palavras mais frequentes são *simulacrum* e *signum*. Há, além disso, os rótulos mais raros, como *colossus* que tem significados mais específicos, e há termos mais gerais – particularmente *imago* ('imagem'), *effigies* ('efígie', 'semelhança') e *species* ('imagem', 'figura'), que cobrem vários tipos diferentes de objetos (inevitavelmente minhas traduções desses termos são apenas equivalentes imperfeitos). As três primeiras palavras são as mais relevantes para nós, porque elas são as mais problemáticas, e porque elas são muitas vezes utilizadas especificamente para denotar escultura no geral (STEWART, 2003, p. 21).

Como nos esclarece Peter Stewart, em seu livro sobre estátuas na sociedade romana, as estátuas de culto localizadas no interior dos templos eram geralmente denominadas com o termo *simulacrum*, que poderia ser empregado para se referir a todo tipo de imagens e representações, mas quando se tratava de uma estátua, tal imagem era quase sempre de um deus e, neste caso, uma estátua de culto. *Signum* denotava imagens de deuses no geral, mas também poderia ser utilizada para 'obras de arte'. Já *statua* se referia quase sempre às esculturas independentes de mortais. No entanto, como esclarece o autor, estes termos não estão separados por rígidas barreiras semânticas (STEWART, 2003, p. 22-23). Podemos perceber este aspecto em Vitruvius, pois ele utiliza três diferentes termos para se referir às estátuas de culto localizadas no interior do templo, embora o termo *simulacrum* seja o mais usado por ele neste contexto. Deste modo, Vitruvius, além de se referir às estátuas de culto com o termo *simulacrum*, que é predominante, utiliza também o termo *signum*, sendo este bem menos utilizado, e o termo *statua*, sendo este último utilizado somente uma vez para se referir a uma estátua de culto.

Independentemente da nomenclatura utilizada, o que nos interessa aqui é perceber que o templo era a moradia dos deuses e como tal não era aberto ao público para a adoração da divindade sempre que se quisesse. Pelo contrário, até mesmo os rituais próprios das tradições religiosas compartilhadas pela comunidade, como os sacrifícios, por exemplo, não eram realizados dentro dos templos, mas nos altares localizados em frente ao templo.

No que se refere aos templos, Vitruvius possuía a concepção de que eles eram obras eternas, o que pode ser visto no seguinte trecho: “Por conseguinte, se (os antigos) nos transmitiram regras para todas as construções, elas destinam-se, sobretudo, aos templos dos deuses, porque as qualidades e os defeitos dessas obras permanecem eternos” (*De arch.*, III. 1. 4). Os templos, como obras feitas para durar para sempre, eternizavam as qualidades e os defeitos que neles se encontrassem, da mesma forma que deveriam manter na memória o nome daqueles que estavam por trás de tais empreendimentos, visto que a construção de templos sempre se ligou ao desenvolvimento e/ou manutenção do prestígio do nome de quem os erigiam, como de generais, por exemplo, ou da família por trás de sua construção, de tal modo que durante a República foi comum importantes personalidades dedicarem templos em honra aos deuses e fazerem questão de ligar seus nomes à construção de tais templos.

A conexão familiar com um templo em particular poderia continuar nas gerações posteriores, [...] do ponto de vista dos generais, esta era uma inestimável oportunidade de usar o espaço público como um memorial permanente de suas realizações; do ponto de vista da cidade, ele era uma mostra de seus triunfos e despojos ao longo dos séculos; do ponto de vista dos deuses, ele era uma demonstração de seu contínuo envolvimento no progresso da expansão romana (BEARD; NORTH; PRICE, 2004, p. 88).

De acordo com Eric Orlin (2002, p. 67), na obra intitulada *Temples, Religion, and Politics in the Roman Republic*, os generais, ao prometerem e construírem templos durante a República, poderiam criar a imagem de um indivíduo que colocava os interesses do Estado acima dos interesses próprios, visto que a construção de um templo servia aos “melhores interesses do Estado”. Ainda com relação à construção de templos, podemos citar Adam Ziolkowski (1992, p. 307), que ao longo de sua obra demonstra como a construção de templos foi amplamente utilizada durante a República, em especial a partir do quarto século a.C., pois segundo este autor mais de 50 templos foram construídos entre 396 e 219 a.C. e cerca de 35 foram construídos entre 218 e 50 a.C.

A construção de templos permitia, assim, que o responsável por tal obra tivesse seu nome perpetuado na memória das futuras gerações. Ainda de acordo com Eric Orlin (2002, p. 193), “o objetivo de um aristocrata romano não era meramente superar seus

contemporâneos, mas ofuscar todos os que o haviam precedido e estabelecer um padrão para as futuras gerações". Além disso, como esclarece Claudia Beltrão:

A construção e manutenção dos templos era um dos principais meios pelos quais o contato entre homens e deuses era mediado. Esta era, além disso, uma atividade na qual uma grande quantidade de recursos era investida. Em particular a criação de novos lugares sagrados, sejam templos propriamente ditos ou santuários com um altar, era tema de interesse público e conflito potencial (BELTRÃO, 2006, p. 144).

É evidente que a construção de templos como um benefício concedido pelo imperador foi de extrema importância durante todo o Principado, de tal modo que Michael Lipka chega a afirmar que:

Em uma cultura politeísta, a densidade demográfica e a variação, causada pela imigração, eram equivalentes a um denso e constante sistema de mudanças de conceitos divinos, todos competindo uns com os outros. A única garantia de estabilidade e continuidade era um permanente foco espacial para o culto (LIPKA, 2009, p. 188).

O templo era este foco espacial com o potencial de garantir estabilidade e continuidade das tradições religiosas. De modo tal que Vitrúvio dedicou dois livros de sua obra para tratar da arquitetura religiosa, como já vimos. Nestes dois livros (III e IV), podemos perceber a forte influência que os cânones gregos exerceram sobre o autor, visto que nestes livros ele está muito mais preocupado em esclarecer as regras de construção legadas pelos gregos do que qualquer outra coisa.

Ao tratar dos templos, Vitruvius reserva a maior parte destes dois livros para explicar as ordens gregas dórica, jônica e coríntia, suas regras de construção, suas medidas, vantagens e/ou desvantagens, etc.. Ele elenca os diferentes tipos de templos de acordo com a disposição das colunas e com os intercolúnios, buscando sempre que possível citar exemplos de tais templos, sejam em solo romano ou fora dele, quando determinada tipologia não possuía exemplar em Roma.

Além de tratar das regras constituintes das ordens gregas para a construção de templos, Vitruvius traz também a explicação sobre templos circulares e sobre outras tipologias de templos, que em certa medida não se enquadravam nas tipologias já explicadas por ele. Vitruvius desenvolve explicações que procuram abarcar as características gerais referentes à construção de templos, tratando de colunas, friso, frontão, cela, pronau, telhado, portas, etc., de modo que abordamos apenas algumas destas características, como, por exemplo, os altares, visto que havia diferentes regras de construção que deveriam ser seguidas para altares destinados a deuses com distintas características. Segundo Vitruvius:

Os altares devem estar voltados para o oriente e colocados sempre numa cota inferior à das estátuas que estiverem no templo, a fim de que, levantando os olhos para a divindade, os que suplicam e oferecem sacrifício se possam dispor em diferentes níveis, cada um respeitando o que convém ao seu deus. As suas alturas serão planejadas, de forma que os altares a Júpiter e a todas as divindades celestes sejam elevados o mais alto possível; à Vesta, à Terra e ao Mar serão feitos baixos. Assim, com essas normas, serão atingidas com ponderação as formas idôneas dos altares (*De arch.*, IV. 9. 1).

É importante frisar que os altares possuíam grande importância na Antiguidade, pois, como lembra Orlin (2002, p. 11), o ato religioso essencial no Mundo Antigo era o sacrifício de animais, que era realizado nos altares, de tal forma que “um templo não era estritamente necessário para a realização de culto e sua construção foi muitas vezes um desenvolvimento secundário”. Seja como for, as orientações de Vitruvius se relacionam a altares localizados à frente dos templos, pois os sacrificantes teriam a visão da estátua do deus (*simulacrum*), que se localizava no interior do templo.

Outra explicação presente no *De architectura* que se relaciona a esta é a respeito da orientação de tais templos. Neste sentido, Vitruvius esclarece que o templo deveria ter sua entrada voltada para:

[...] a região vespertina do céu, de forma que os que se aproximam do altar para imolar ou fazer sacrifícios olhem para a parte do céu nascente e para a imagem que estiver no templo, pois assim os que dirigem súplicas aos deuses poderão contemplar o templo e o oriente do céu, de onde parecerão surgir as próprias estátuas olhando complacentemente para os suplicantes e sacrificantes, porque parece necessário que todos os altares dos deuses estejam direcionados para o oriente (*De arch.*, IV. 5. 1).

Sobre este aspecto, convém destacarmos a flexibilidade das regras ditadas por Vitruvius, visto que ele esclarece quanto à necessidade de se estar atento às exigências próprias de cada local no qual se ergueria um templo. Pensando nisso, ele ressalta que os templos deveriam estar voltados, preferencialmente, para a parte “vespertina do céu”,

Se, porém, a natureza do lugar impedir, deve-se mudar os ordenamentos dessas orientações, de modo que a maior parte do recinto fortificado da cidade possa ser avistada a partir dos templos dos deuses. [...] Se forem levantados edifícios aos deuses ao longo das vias públicas, serão de tal forma planejados que os transeuntes possam voltar os olhos e fazer as saudações na presença dos deuses (*De arch.*, IV. 5. 2).

Vitruvius deixa entrever, nesta e em outras passagens, que apesar das regras rígidas para a construção dos diferentes edifícios públicos, era necessária também certa flexibilidade, de modo que o arquiteto deveria primar sempre pelo bom senso. Sendo um autor fortemente influenciado pela teoria grega e que demonstra grande admiração

pelos monumentos erigidos em cidades gregas e helenísticas, de tal forma que a maioria dos referenciais que utiliza para pensar a construção de templos vem daí, Vitruvius, mesmo privilegiando os cânones gregos para a arquitetura religiosa, não deixou de propor adaptações para que o resultado final fosse harmonioso, por exemplo, quando trata da necessidade que por vezes se tornava imperiosa de se construir o templo sobre um pódio, o que, no contexto romano, servia para elevar o templo e torná-lo tão visível quanto os templos gregos que, naturalmente, possuíam lugar de destaque, visto que se localizavam em elevações do terreno.

A visibilidade dos monumentos e, em especial, dos templos era um aspecto de grande importância na Antiguidade e é interessante perceber a preocupação de Vitruvius quanto à visibilidade do templo, pois em diversas passagens de sua obra ele tratou das regras necessárias para que os templos fossem vistos e admirados em todo o seu esplendor, como pôde ser percebido com relação ao pódio, e também como podemos perceber na passagem abaixo, quando ele explica as medidas necessárias para que os elementos dispostos nas partes mais altas dos templos fossem vistos sem distorções ópticas. Deste modo,

Todos os elementos que serão dispostos acima dos capitéis das colunas, ou seja, epistílios, frisos, cornijas, tímpanos, frontões, acrotérios, deverão ter a sua frente inclinada para diante a duodécima parte da sua altura, porque, quando paramos diante do frontispício e prolongamos duas linhas a partir do olho, atingindo uma delas a parte inferior do templo e a outra o seu topo, a que tocar o ponto mais alto será a mais extensa. Assim, quanto mais longa é a linha de visão que avança para a parte superior, mais inclinada para trás nos surge no seu aspecto. Se, porém, como acima foi escrito, estiverem inclinadas para frente, então parecerão diante dos olhos como dispostos a fio de prumo e esquadro (*De arch.*, III. 5. 13).

No prefácio ao quarto livro, Vitruvius nos esclarece que estava, antes de qualquer coisa, ordenando o *corpus* da arquitetura, o que, segundo ele, ninguém teria feito antes. Neste livro, ele trouxe maior esclarecimento acerca das diferentes ordens arquitetônicas, explicando, por exemplo, a origem (mítica) das ordens dórica, jônica e coríntia. Deste modo, Vitruvius utilizou a mitologia para explicar a origem das principais ordens arquitetônicas. O mito aqui se enquadra na definição de Mircea Eliade (2004, p. 11), qual seja, a da criação de algo num tempo primordial. Tratem-se sobre isso rapidamente, de modo a exemplificar este aspecto em Vitruvius.

Nosso autor esclarece que a ordem dórica foi a primeira a existir,

Pois Doro, filho de Heleno e da ninfa das águas, Ftia, reinou sobre a Acaia e todo o Peloponeso e edificou em Argos, cidade antiga, o lugar sagrado de Juno, casualmente deste estilo, em forma de templo, e o mesmo fez depois em outras cidades da Acaia, também segundo o modo dórico, se bem que não tivesse surgido o sistema de comensurabilidades (*De arch.*, IV. 1. 3).

O mesmo ele faz com a ordem jônica, que, segundo ele, deriva de Íon, filho de Xuto e Creúsa, neto de Heleno. De acordo com Vitruvius, Íon foi o chefe supremo responsável pelas colônias gregas fundadas na Ásia por orientação de Apolo Delfico. Essa região onde se estabeleceram as colônias foi apelidada de Jônia por causa de Íon e foi daí que surgiu o estilo de construção jônico. Quanto à ordem coríntia, Vitruvius esclarece que a mesma é obra de Calímaco que, ao passar próximo a um túmulo, pôde observar que um acanto havia crescido e envolvido com suas folhas um cálato, espécie de cesto, que havia sido deixado lá pela ama da jovem que jazia no túmulo.

[...] passando perto deste túmulo e reparando nesse cesto e na delicadeza viçosa das folhas em sua volta, deleitado com o estilo e com a originalidade da forma, fez em Corinto colunas segundo esse modelo e estabeleceu o sistema de medidas. Partindo daí para as aplicações nos edifícios, estabeleceu os princípios da ordem coríntia (*De arch.*, IV. 1. 10).

Percebemos, nas explicações de Vitruvius, a relação que o mito possuía com a arquitetura e em especial com a arquitetura religiosa. As *historiae* tinham a função de ligar a origem da arquitetura religiosa com os deuses, de modo que Vitruvius utiliza a mitologia para esclarecer sobre a origem dos modos da arquitetura religiosa, mostrando a ligação que as ordens tinham com os primeiros homens e com os próprios deuses, pois Heleno, pai de Doro e de Xuto, portanto, avô de Íon, era filho de Deucalião e Pirra, que por sua vez eram descendentes dos Titãs e, portanto, possuíam ligação direta com Gaia (Terra) e Urano (Céu).

Mas não é só aqui que se encontra a relação entre mito e arquitetura, ou seja, a relação não ocorre somente no âmbito da origem das ordens arquitetônicas; ela também ocorre no âmbito da função da arquitetura religiosa que, como a moradia de um deus, deveria conter as representações dos mitos ligados ao deus em diversas partes de sua estrutura, tais como nos frontões e nos frisos. Estes eram as partes do templo onde estavam dispostas as principais esculturas, que por vezes traziam as imagens do mito do deus que ali residia. Apesar de se localizarem nas partes mais altas do templo, deixando claro mais uma vez a superioridade dos deuses e a pequenez dos mortais, elas eram projetadas, como vimos, de modo que pudessem ser vistas pelos que ali passassem e é visível a preocupação de Vitruvius quanto às proporções que deviam possuir e a forma que deviam dispor para que tivessem visibilidade.

Vitruvius, no quarto livro, também estabelece comparações entre os diferentes tipos de colunas com o corpo humano, comparando, por exemplo, a robustez e a falta de ornatos das colunas dóricas com a proporção, a solidez e a elegância de um corpo viril; bem como estabeleceu um paralelo entre a delicadeza e a beleza das colunas jônicas com a sutileza,

o ornato e a boa proporção femininas, de tal modo que, na base da coluna jônica, a espira imitaria um sapato, as volutas do capitel seriam os caracóis enrolados dos cabelos e as estrias dos fustes seriam o drapejado das sobrevestes das matronas; as delicadas e bem trabalhadas colunas coríntias são comparadas, por Vitrúvio, à graciosidade e delicadeza virginal das donzelas, que com a tenra idade e com um corpo mais delicado conseguiam no adorno os mais belos efeitos (*De arch.*, IV. 1. 6-8).

Além disso, partindo destas associações com o corpo humano, Vitrúvio defende que os templos deveriam ser construídos com diferentes colunatas a depender do deus que ali residiria e de suas características mais marcantes, pois só assim se conseguiria alcançar o decoro. É importante ressaltar aqui que, ao tratar do decoro, Vitrúvio defendia que o mesmo era conseguido nos templos ao se cumprir certos princípios, de tal forma que as diferentes características dos deuses melhor se adequavam a diferentes estilos arquitetônicos. Por exemplo, ele recomendava que divindades como Júpiter Tonante, Céu, Sol e Lua deveriam possuir templos sem telhados; divindades como Minerva, Marte e Hércules, devido à sua força, deveriam possuir templos no estilo dórico, desprovidos de ornatos; os templos dedicados a Vênus, Flora, Proserpina e às Ninfas das Fontes deveriam ser erigidos no estilo coríntio, devido à delicadeza de tais divindades; e às deusas Juno, Diana, ao deus Líbero e outros, deveriam ser erguidos templos jônicos, pois se encontravam em uma posição intermediária e não poderiam ter nem templos com as características severas do estilo dórico nem com a delicadeza do estilo coríntio (*De arch.*, I. 2. 5).

Estas recomendações expressam claramente o espírito conservador próprio de Vitrúvio, o que não foi correspondido em sua totalidade por Augusto, que mesclou inovação e tradição em seu governo, pois no que se refere à construção de novos templos, Augusto tinha predileção pelas marmóreas colunatas coríntias, que se alastraram por toda Roma independentemente do deus ao qual o templo era dedicado, como, por exemplo, o templo de *Mars Ultor*, parte central de seu novo fórum, consagrado em 2 a.C.

Outro aspecto digno de nota é a tentativa de Vitrúvio de elevar ao nível das ordens gregas o estilo de construção itálico, o que vai ao encontro da política de restauração das antigas tradições empreendida por Augusto, visto que este, no início de seu governo, se dedicou com grande comprometimento à restauração de diversos templos antigos, preservando o estilo arcaico que possuíam; deste modo, Vitrúvio, em um dos capítulos do quarto livro, tratou especificamente dos templos toscanos. Vitrúvio finalizou este livro com um breve capítulo sobre a construção de altares e as diferenças que devem possuir com relação aos deuses para os quais os sacrifícios seriam oferecidos, o que já tratamos anteriormente.

## Considerações finais

Os templos sagrados, moradia da divindade, desempenharam um papel de destaque ao longo da história romana e em especial sob o governo de Augusto e sua política de propagar uma imagem positiva de seu governo, demonstrando principalmente, por meio da arquitetura religiosa, a estabilidade e prosperidade com ele alcançadas, simbolizando, assim, que as devidas relações entre as divindades e os romanos, representados por ele, o *princeps*, estavam reestabelecidas. E neste contexto de efervescência construtora, Vitruvius traz a público o seu *De architectura*, no qual os templos constituem o primeiro tipo de edifícios públicos tratados por ele, que o faz em dois livros distintos, talvez para ressaltar ainda mais a importância desta construção para a sociedade e para a manutenção das devidas relações entre os mortais e as divindades.

A partir da obra de Vitruvius, podemos inferir a importância que as construções religiosas possuíam na Antiguidade, em virtude das regras que elas deveriam seguir para alcançar a perfeição, mesmo porque era uma arquitetura projetada para durar pela eternidade, de modo que as qualidades e os defeitos dessas obras permaneceriam eternos. Mas não apenas isso, também o nome por trás de tais construções permaneceriam eternamente ligados ao templo, mantendo-se vivo na memória das futuras gerações.

## Referências

### Documentação textual

VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. Trad. de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.

### Obras de apoio

BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. v. 1.

BELTRÃO, C. A Religião na *Urbs*. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 137-160.

BENOIST, L. *Signos, símbolos e mitos*. Lisboa: Edições 70, 1999.

D'AGOSTINO, M. H. S. *A beleza e o Mármore: o tratado De architectura de Vitruvius e o Renascimento*. São Paulo: Annablume, 2010.

- DUTRA, L. M. *Do General, de Onassandro*: Tradução e estudo. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.
- ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HASELBERGER, L. *Urbem adornare*: Rome's urban metamorphosis under Augustus. *Journal of Roman Archaeology*, n. 64, 2007.
- LAWRENCE, A. W. *Arquitetura grega*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- LIPKA, M. *Roman gods: a conceptual approach*. Danvers: Brill, 2009.
- MACIEL, M. J. Introdução ao 'Tratado de Arquitetura'. In: VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. Trad. de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.
- MCEWEN, I. K. *Vitruvius: writing the body of architecture*. Massachusetts: Mit Press, 2003.
- ORLIN, E. *Temples, religion, and politics in the Roman Republic*. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.
- STEWART, P. *Statues in Roman society: representation and response*. New York: Oxford University Press, 2003.
- TAYLOR, R. *Roman builders: A study in architectural process*. Cambridge: Cambridge University, 2003.
- VERNANT, J-P. *Mito e religião na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- VITORINO, J. C. Sobre a História do Texto de Vitruvius. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 33-50, 2004.
- WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ZIOLKOWSKI, A. *The temples of mid-republican Rome and their historical and topographical context*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1992.